

A FAMÍLIA E A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Arthur Moreira da Silva Neto, Univ. Portucalense e IESF, amsneto1@gmail.com;
Cristina Costa Lobo, Univ. Portucalense, ccostalobo@gmail.com;
Olívia de Carvalho, Univ. Portucalense, ocarvalho@uportu.pt.

Resumo: A família e a escola desempenham um papel importantíssimo na construção da cidadania de crianças e jovens. Portanto, individualmente e em conjunto, ambas podem e devem possibilitar o desenvolvimento de competências necessárias a uma vida harmónica e equilibrada em sociedade. O exemplo dos mais velhos é fundamental para a assimilação e aprendizagem da vida democrática, com responsabilidade, autonomia e solidariedade. A educação para a carreira pode favorecer desde cedo o futuro adulto a ter uma vida profissional e produtiva mais satisfatória, realizando atividades para as quais esteja efetivamente vocacionado. O objetivo do presente artigo é refletir e repensar o papel da família e da escola na formação de sujeitos cidadãos. Infelizmente, os pais contemporâneos eximem-se da autoridade que lhes seria devida para educar seus filhos, optando por transferirem tal responsabilidade para a escola (Savater, 2008). Se outrora pensávamos apenas na necessidade de educar nossos filhos e alunos, hoje também já carecemos de uma educação parental (Gameiro, 2004; Delgado-Martins, 2011). Uma intervenção recomendada aos profissionais e familiares que atuam junto aos jovens deve considerar uma tríplice função: «... *mudança de atitude dos adultos face aos adolescentes; aposta no diálogo intergeracional; ajuda aos jovens na concretização dos seus projectos de vida*» (Matos & Sampaio, 2009, pp. 23-24). Sem alguns parâmetros, minimamente coerentes e sensatos, de vivência social e cívica de professores, pais, outros familiares e/ou pessoas próximas, dificilmente teremos no futuro uma sociedade verdadeiramente cidadã.

Palavras-chave: família, escola, cidadania.

Introdução

A influência da Família e da Escola na construção da Cidadania é inegável. Desde cedo, os seres humanos começam a perceber a dinâmica individual e social, onde há atitudes aceitáveis e outras nem tanto. Há perfis e posturas distintas. Direitos e deveres. Acertos e erros. Permitido e não permitido. Regras e princípios de bons costumes. Aos poucos, os miúdos começam a perceber as normas ou, muitas vezes, a falta delas. Quando chegam à escola já possuem noções da vida em grupo/sociedade, ainda que num nível microsocial.

É provável que nunca se tenha falado e ouvido tanto sobre Cidadania como nos dias contemporâneos. Trata-se de uma preocupação praticamente universal em prol de uma sociedade melhor.

O filósofo espanhol Fernando Savater (1997) questiona vários aspectos relacionados à Educação, em seu livro “O Valor de Educar”. Indaga nele se a Educação consiste numa mera transmissão de conhecimentos ou se deve formar para a cidadania democrática.

Da mesma forma, vários são os estudos sobre as questões parentais. Talvez seja a época em que mais discutimos, sob diversos pontos de vista, os papéis de pais e mães na educação dos filhos. Gameiro (2004, p.44) acrescenta “muito se tem escrito sobre a função parental, como ser ou não ser bom pai e boa mãe; até já se fazem Educação Parental”. Tal ênfase à educação dos pais parece ser em função do pouco tempo que os mesmos têm conseguido dedicar aos filhos e filhas na era contemporânea.

Outro contributo muito importante para a viabilidade de uma sociedade cidadã pode ser dado também pela Educação para a Carreira, uma vez que deve o “indivíduo ser responsabilizado e procurar desenvolver ao longo da vida competências sistêmicas de planeamento e tomada de decisão que lhe permitam construir projetos vocacionais próprios”, segundo Lobo & Ferreira (2012, p. 201). Se desde à infância, a criança começa a ser bem orientada no sentido de perceber as suas vocações e/ou aptidões, ao tornar-se adulto, provavelmente, será melhor profissional, atuando de maneira mais efetiva e satisfatória na sua vida laboral e produtiva e, por conseguinte, vivenciando mais plenamente a sua cidadania.

O objetivo do presente artigo é refletir e repensar o papel da família e da escola na construção da cidadania de crianças e adolescentes. Como pais, encarregados de educação e instituição escolar podem e devem trabalhar na formação de crianças e jovens conscientes dos seus direitos e deveres, que sejam capazes de lutar por um mundo melhor para si e para todos.

Família

Consideramos aqui como família toda a gama de constelações familiares, onde as crianças e jovens vivem, sob a responsabilidade de um ou mais adultos, sejam pai, mãe, avô,

avó, ou responsáveis sem laços consanguíneos. Os tempos são outros e nem sempre são os pais ou parentes biológicos a cuidarem dos miúdos.

Temos uma infinidade de organizações familiares hoje em dia e não poderíamos restringir-nos à configuração tradicional da família, como durante tanto tempo fizemos.

Há já muita gente que alega ou propaga o fim da família. Entretanto, como bem diz Maldonado (2006, p.70) “a família não acaba; ela se transforma”. É verdade. A família contemporânea difere em muitos aspectos da noção que tínhamos anteriormente. Entretanto, a chamada célula-mater da sociedade permanece viva.

A família tem sido considerada fulcral na base que as crianças e jovens precisam ter para viverem em sociedade de maneira equilibrada e respeitosa. Dificilmente crianças que não vivenciam uma estabilidade psicossocial em casa (numa família consanguínea, afetiva ou ainda em uma casa de acolhimento) conseguirão conviver harmónica e adequadamente no meio externo. No entanto, se vivem bem em família é bem provável que viverão razoavelmente nos demais grupos sociais.

Marujo, Neto & Perloiro (2005, p.149) afirmam que “os pais continuam a ser, apesar de tudo, os primeiros e mais importantes professores das crianças”. Ninguém conhece melhor as crianças que os seus pais e outros familiares. Há todo um conhecimento profundo que normalmente os familiares possuem e que muito ajuda na condução da educação dos miúdos e jovens.

Por mais que haja uma grande tentativa, cada vez mais visível, em transferir a educação dos filhos, que deve ser dada pela família, para a escola, o papel da família deve ser preservado e desempenhado em casa e em família. Como diz Donatelli (2006, p.10), “a família é a família, e não há nada fora dela que possa substituí-la ou assumir suas funções”.

Não resta a menor dúvida que o papel da autoridade exercido pela família é fundamental para o crescimento de pessoas responsáveis e conscientes dos seus direitos e

deveres. Se não há limites em casa, muito mais difícil será a percepção e assimilação de regras externas, seja na escola ou em qualquer outro contexto.

A convivência familiar deve, ou pelo menos dever-se-ia, funcionar como o primeiro agente educativo de uma criança. Sendo um contexto minimamente estruturado, com limites claros, direitos e deveres bem estabelecidos, uma certa cordialidade, fraternidade e solidariedade entre seus membros, possibilitará um desenvolvimento mais equilibrado dos futuros adultos.

“É urgente olhar a criança como um ser de direitos e de responsabilidade, com o direito a ser amada, cuidada pela família ou sua substituta, pelos seus educadores e professores, estimulada pelo ambiente e pela comunidade que a rodeia, ressalta Olívia de Carvalho (2012, p. 228).

A avosidade também pode ser de grande valia para crianças e jovens aprenderem a respeitar e beneficiar-se da experiência e vivência dos mais velhos. As partilhas entre as diferentes gerações e o respeito entre elas são indispensáveis à formação para a cidadania (Azeredo, 2012; Silva Neto, 2012).

Adultos e crianças precisam estabelecer relações de respeito mútuo, reciprocidade, dialogicidade e negociação, para usufruírem uma cidadania familiar que, conseqüentemente, ampliar-se-á na Escola e noutros segmentos sociais.

Cidadania

Pensar em Cidadania é pensar no gozo de direitos e no desempenho de deveres. Numa família, seus membros possuem privilégios e obrigações. Na Escola, da mesma forma. Em todos os grupos e instituições os seus participantes usufruem determinadas prerrogativas, mas também cumprem suas respectivas tarefas, ou pelo menos deveriam.

Paulo Freire foi, sem dúvida, um dos maiores pensadores sobre Educação e Cidadania. Sua pedagogia é toda baseada na necessidade de preparar o ser humano para “ler e transformar o mundo”. Segundo Freire (1993), em sua obra *Política e Educação*, cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e cidadania tem a ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão". Logo, a concepção freireana apresenta "a alfabetização como formação da cidadania" e como "formadora da cidadania". Freire acredita no ato de ler e aprender como condições necessárias à construção de uma autêntica cidadania, capaz de transformar o mundo.

Não podemos pensar em Cidadania dissociada de autonomia, democracia e participação, ou seja, só pode ser considerado cidadão ou cidadã o ser humano capaz de agir e/ou tomar suas decisões, de maneira consciente, responsável e respeitosa, visando o bem-estar próprio e social.

Delgado (2006, p. 14) relaciona a educação para a cidadania com a promoção simultânea das seguintes condições: “a liberdade e a responsabilidade; a igualdade e o respeito pela diferença: a solidariedade e a preservação da individualidade”.

Por mais que a Escola pense, prepare-se e deseje formar cidadãs e cidadãos plenamente conscientes, sem o auxílio da Família, dificilmente o conseguirá. Já com a participação efetiva dos familiares, tal formação provavelmente será exequível.

Em relação à Educação para a Cidadania, há inúmeros trabalhos no terreno e artigos científicos feitos em Portugal. Podemos citar a Escola da Ponte no Vale das Aves e o Clube dos Avós (Escola Secundária de São João do Estoril) como exemplos de boas práticas na promoção da construção da cidadania. Das autoras portuguesas, podemos citar Carla Cibele Figueiredo (2005, p.32), que defende a educação para a cidadania como uma “intervenção social” e Ana Paula Gonçalves que sublinha a natureza circular do processo educativo no que

diz respeito à tomada de decisões no trabalho docente. “Professor e estudantes devem ensinar e aprender juntos” é o que afirma Gonçalves (2012, p. 186) sobre a necessária reciprocidade na situação escolar.

A Parceria Escola - Família

Se pai e mãe colocam os seus filhos em uma determinada Escola e têm confiança no trabalho que ela realiza, os seus filhos sentir-se-ão mais seguros e confiantes também.

Desde a escolha da Escola dos seus filhos até ao acompanhamento regular e frequente dispensado ao percurso escolar dos mesmos, tudo contribui para um melhor aproveitamento das crianças na escola.

Embora difícil e trabalhosa, a participação da Família na Escola deve ser encorajada, pois poderá beneficiar o processo de aprendizagem dos alunos e estimular a cidadania nas crianças desde a mais tenra idade. Não é simples nem fácil para a Escola administrar tal participação, mas vale a pena tentar. É importante que os limites da participação da família no âmbito escolar sejam bem explicitados, para evitar atitudes exacerbadas ou descabidas. A autoridade familiar não pode nem deve sobrepor-se à autoridade escolar. Cada segmento tem as suas competências e funções.

Podemos afirmar, sem medo de errar, que quanto melhor o entendimento entre Família e Escola, melhor será a cidadania das pessoas. É muito importante para as crianças perceberem que seus familiares acreditam na Escola e contribuem para que a sua prática seja frutífera e funcione.

Para os professores conscientes, e que acreditam na Educação, é gratificante e satisfatório perceber a disposição e empenho dos pais e/ou familiares, no sentido de acompanhar o crescimento/desenvolvimento de seus filhos na Escola.

Muitos teóricos da educação têm defendido um efetivo envolvimento da Família na Escola e de uma equilibrada e respeitosa parceria entre elas. Ainda que tal relacionamento seja complexo e delicado, como já referimos, deve ser encorajado em nome da cidadania.

Joyce Epstein (1987) enfatizou o que chama de *participação dos pais* e sistematizou sua tipologia de colaboração família/escola, através de seis tipos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Tipologia de Colaboração entre Família e Escola, segundo Epstein (1987)

| Tipo de Colaboração Família - Escola | Definição |
|--|---|
| Ajuda da Escola às Famílias. | Assistência às Famílias para que cumpram as obrigações básicas (alimentação, saúde e vestuário). |
| Comunicação Escola-Famílias. | Comunicação sistematicamente da Escola à Família sobre o aproveitamento dos Alunos. |
| Ajuda da Família à Escola. | Participação da Família em actividades de voluntariado promovidas pela Escola. |
| Envolvimento da Família no Processo Educativo em Casa. | Apoio no estudo e na realização dos trabalhos escolares. |
| Participação na Tomada de Decisões e na Direção da Escola. | Atuação dos pais nos órgãos escolares. |
| Intercâmbio com a Comunidade. | Divisão de responsabilidades e recursos entre a Escola e Sectores Comunitários que lidam com Crianças e Adolescentes. |

Adaptado pelos autores a partir de Marques (2000)

Para que os pais tenham condições morais, ou sejam revestidos de autoridade genuína, para solicitar o empenho e participação dos filhos nas tarefas da Escola, também devem manter uma boa e assídua relação com a instituição escolar. Delgado (2006, p.44) ressalta muito bem tal cuidado, quando escreve “não se devem esperar grandes resultados dos apelos que os pais fazem aos seus filhos para se integrarem nas actividades escolares se aqueles por sua vez ignorarem ou manifestarem desinteresse pelo que se passa na escola”.

Várias escolas portuguesas têm conseguido estabelecer e experimentar boas práticas na relação Família-Escola, como ressaltam Ramiro Marques, Stoer, Cortesão, Pedro Silva e vários outros.

Nas nossas escolas presenciamos a desistência da família como recurso tradicional e privilegiado de socialização primária, estando esse papel destinado aos *media* e à escola. As sociedades edificadas sobre capacidades económicas cada vez mais competitivas, fazem por sua vez apelo ao individualismo, ao materialismo, à competição e ao consumismo destravado, legitimando desta forma o poder dos mais fortes sobre os mais fracos. São estas e outras transformações que fazem da cidadania uma tendência actual.

É também exactamente aqui que o sistema educativo é chamado a participar. A participar numa linha de parceria com outras instituições que urge recuperar. Estamos de acordo com Paixão (2000, p.11) “a educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública mas, naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas duma cidadania activa”.

A educação para a cidadania faz-se através dos currículos, mas faz-se sobretudo através do currículo oculto, de acordo com Gomes (1987), Sarmiento (2006) e Morin (2000). Ela extravasa as quatro paredes da sala de aula e faz-se nos espaços de lazer, nas bibliotecas, nos refeitórios, nos recreios, etc. A educação familiar é uma das formas privilegiadas para ajudar a criança a criar hábitos de cidadania, sendo os espaços e as interacções familiares representantes de uma estrutura nuclear de cidadania.

De acordo com Morin (2000) e Formosinho e Fernandes (1987) espera-se que a família ajude a criança a desenvolver hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por si e pelos outros, de respeito pela diferença e pelo bem comum.

De acordo com Marques, Antunes, Nóvoa e Ribeiro (1999), a educação para a nova cidadania passa ainda por ensinar à criança a expor as suas ideias, a saber escutar os outros e a desenvolver condutas de tolerância, sem o qual, num futuro muito próximo, não saberão dizer não ao individualismo das sociedades sustentadas sobre sistemas económicos implacáveis, de dizer não ao consumismo desenfreado, de não serem capazes de escolher livremente e tornarem-se escravos de mensagens publicitárias, e de, à violência responderem ainda com mais violência.

Aos educadores por sua vez, pede-se disponibilidade para ouvir, que privilegiem metodologias que criem na criança o gosto por aprender a aprender, que são com certeza atributos importantes na sociedade de hoje. Aos educadores pede-se ainda, que procurem formas negociadas de resolução de conflitos, educando desta forma para práticas de não-violência. Para Oliveira-Martins (1992) é compreensível que educar para a cidadania e para os valores implica tomar decisões, fazer escolhas. De alguma forma como o relatório Delors (citado por Paixão, 2000, p.12) afirma: “a educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abarca, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois, ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico”.

A educação para a nova cidadania deve fazer parte da vontade de todos, pois só desta forma o valor da pessoa humana e a sua dignidade constituirão os alicerces de uma cidadania democrática (Oliveira-Martins, 1992).

De acordo com Morin (2000) nas sociedades democráticas a educação para a cidadania compete também às famílias e deverá estar agregada a três extensões de aprendizagem: (1) comprometimento social e moral – aprender desde cedo a ter autoconfiança e comportamentos social e moralmente responsáveis, perante a autoridade e perante si próprios; (2) participação na comunidade – aprender como tornar-se útil na vida e nos problemas que

afectam as comunidades de pertença e através das quais também aprende e (3) literacia estratégia – aprender acerca das instituições, problemas e práticas da democracia e das formas de participar efectivamente na vida política a diferentes escalas o que envolve capacidades, valores e conhecimentos.

Família e Escola na Prevenção do Fracasso Escolar

O diálogo entre o mundo da escola e o mundo da família é fundamental para que haja verdadeiramente uma EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA! Trata-se do primeiro passo para se evitar o tão temido fracasso escolar, fruto de um desnível entre o valor dado ao saber escolar e aquele dado ao saber familiar.

A cultura imposta pela escola é considerada como melhor, quando não a única, em detrimento da cultura que possui a família dos alunos menos favorecidos. Ou seja, para a classe média ou alta, a escola não é tão frustrante, enquanto para os mais pobres ela está muitíssimo desfasada. Os currículos baseiam-se na cultura dominante, da classe média e dos professores, negligenciando-se a realidade dos mais sacrificados, económica e socialmente falando.

Não devemos pensar a parceria Escola/Família apenas no âmbito da gestão administrativa, mas também concebê-la e construí-la no que diz respeito à concepção de escola, da produção e/ou reformulação do projecto político-pedagógico. Os currículos possuem um papel fundamental. Os conhecimentos, as tradições, os valores, os desejos e as expectativas vindos das distintas realidades familiares, seja qual for o seu meio sociocultural, passam a fazer parte das referências consideradas por ocasião da escolha dos conteúdos escolares.

É totalmente injusto e inadmissível que algumas pessoas e/ou seus conhecimentos ou cultura sejam considerados *de segunda categoria* - como ocorre com frequência, em especial

quando são oriundos dos meios socioculturais menos favorecidos. Todas as pessoas e seus conhecimentos, independente da sua origem sociocultural, devem ser considerados, respeitados e valorizados. Os conhecimentos quotidianos, populares e/ou do senso-comum, devem ser tratados e abordados ao lado dos demais saberes - académicos, científicos, disciplinares – para que o saber escolar construído nas salas de aula seja mais significativo e libertador; possibilitando maior autonomia e participação de todos os atores envolvidos na Escola.

Somente professores inseguros ou pouco profissionais sentem-se ameaçados pela proximidade de pais à comunidade escolar. Uma parceria entre familiares e escola pode ser decisivo para a organização de estratégias conjuntas que pretendem maximizar os benefícios de um trabalho comunitário.

Marujo, Neto & Perloiro (2005, p. 149) dedicam a primeira parte do capítulo 3 do livro “A Família e o Sucesso Escolar” às relações positivas entre a família e a escola, onde sugerem entre tantas coisas a “regra dos três *Cês* (Confiança, Cooperação e Comunicação)”.

Há quem afirme que o aumento da violência escolar é parcialmente devido a uma crise de autoridade familiar, onde os pais se demitem de impor limites aos filhos, transferindo a responsabilidade para os professores e escola.

A escola pode e deve ajudar os miúdos a viverem de maneira disciplinada e responsável. Entretanto, é de suma importância que os alunos já cheguem ao meio escolar minimamente conscientes de que os limites existem para todas as pessoas e que o direito de cada um acaba onde começa o do outro.

Infelizmente, o que percebemos nos dias atuais é bem diferente! Por falta de responsabilidade, de preparo ou ausência de modelos anteriores (quando eram crianças), ou ainda pela culpa que carregam em função do pouco contacto diário com os filhos, pais e mães deixam de estabelecer limites no contexto familiar. Cada um faz o que bem entende dentro de

casa, sem que haja uma responsabilização pelas ações praticadas. Ou seja, as crianças vivenciam uma perfeita anomia no âmbito familiar, sem regras, normas nem um mínimo de ordem. Claro que um miúdo não chega à autonomia de uma hora para outra, mas precisa desde cedo ter exemplos e modelos de como viver em grupo, para da anomia partir para a heteronomia e, finalmente, alcançar a tão desejada e importante autonomia.

Especialistas em todo o mundo procuram perceber como uma família desestruturada provoca situações de desequilíbrio e desajustes nas escolas. É óbvio que sempre ocorreram casos de violência escolar e problemas disciplinares de alunos. Entretanto, nunca tivemos conhecimento de tantos casos como nos dias de hoje. Também nunca houve tanta demissão dos pais, mães e/ou responsáveis pelos alunos, no sentido de deslocar para a escola a responsabilidade de estabelecer limites e normas de convivência e respeito mútuo.

Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, cada vez mais frequente, dificilmente os miúdos podem contar com a presença de suas mães em casa. Pai e mãe ausentes, os filhos e filhas ficam muitas vezes acompanhados somente pelo televisor. E sabemos que muitas programações são completamente inadequadas aos mais pequenos. Além do televisor, muitas crianças têm contacto, cada vez mais intenso, com os computadores ligados à internet, que também nem sempre são bons conselheiros.

Para Savater (2008) os pais continuam a "não querer assumir qualquer autoridade", preferindo que o pouco tempo que passam com os filhos "seja alegre" e sem conflitos e empurrando o papel de disciplinar quase exclusivamente para os professores. No entanto e quando os professores tentam ter esse papel disciplinador, "são os próprios pais e mães que não exerceram essa autoridade sobre os filhos que intentam exercê-la sobre os professores, confrontando-os".

De acordo com Morin (2000), a melhor metodologia de aprendizagem da cidadania faz uso da influência do contexto familiar e é: (1) activa – importância do aprender fazendo;

(2) interactiva – uso da discussão, da argumentação, do diálogo e do debate; (3) relevante – foco em questões reais de âmbito social; (4) crítica – encorajar o pensamento próprio; (5) cooperativa - trabalho de grupo e aprendizagem cooperativa e (6) participativa – dá voz a quem aprende.

Conclusão

Os primeiros passos para a cidadania são dados em família. Logo, pais, mães, avós, avós e/ou responsáveis precisam dar bons exemplos de autonomia, democracia, participação, afeto e respeito às crianças que vivem sob sua responsabilidade. Uma família minimamente cidadã provavelmente formará seres cidadãos, conscientes de suas responsabilidades, direitos e deveres.

A escola pode e deve dar continuidade ao processo de construção da cidadania e, com a participação da família, contribuir para consolidar e robustecer a formação de pessoas autónomas, solidárias, íntegras e dispostas a lutarem por um mundo melhor.

A educação para a carreira, ao favorecer o conhecimento e encaminhamento dos mais jovens no que diz respeito às suas vocações, permitirá profissionais mais realizados e satisfeitos com a sua vida laboral e produtiva, facto que também concorrerá para a sua cidadania na idade adulta.

É importante que as várias oportunidades de aprendizagem de cidadania, potenciadas pela família, sejam explícitas e consistentes na mensagem que passam.

Somente por meio de um trabalho integrado, a nossa sociedade contribuirá efetivamente para a construção da cidadania dos mais jovens, em prol de uma sociedade mais justa, tolerante e solidária.

Referências

- A. C. Madeira (Ed.) *Strategies and methodologies about autonomous learning at school*. Lagos: Centro de Formação Dr. Rui Grácio.
- Azeredo, Zaida (2012). A interação geracional como uma estratégia de envelhecimento ativo. In: Cláudia Moura (Org.), *Processos e Estratégias do Envelhecimento: Intervenção para um Envelhecimento Ativo*. Vila Nova de Gaia: Eu Editio, pp. 93-100.
- Carvalho, Olívia de (2012). O Valor da Decisão Precoce: da Sinalização à Elegibilidade – Caminhos da Intervenção Precoce. In: Jader da Silva Alves & Arthur Moreira da Silva Neto (org.), *Decisão: Percursos e Contextos*. Vila Nova de Gaia: Eu Editio, pp. 227-235.
- Delgado, Paulo (2006). *Os Direitos da Criança: da participação à responsabilidade*. Porto: Proedições.
- Delgado-Martins (2011). *Casa de Pais...Escola de Filhos: Orientações práticas da psicologia para as dúvidas e atritos do dia a dia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Donatelli, Dante (2006). *A Vida em Família: as novas formas de tirania*. São Paulo: ARX.
- Epstein, Joyce L. (1987) *Toward a Theory of Family-School Connections: Teacher Practices and Parent Involvement across the School Years*. Berlin, NY: Aldine DeGruyter.
- Figueiredo, Carla Cibele (2005). Formação Cívica: E agora, um tempo para reflectir? In: Carolina Carvalho; Forbela de Sousa & Joaquim Pintassilgo (Org.), *A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar*. Porto: Porto Editora, pp. 23-36.
- Formosinho, J. (1987). A Educação Informal da Família. In *O Insucesso Escolar em Questão. Área de Análise Social e Organizacional da Educação* (pp.17-22). Braga: Universidade do Minho.
- Formosinho, J. (1987). A Influência dos Factores Sociais. In *O Insucesso Escolar em Questão. Área de Análise Social e Organizacional da Educação* (pp.23-27). Braga: Universidade do Minho.
- Formosinho, J. & Fernandes, A. S. (1987). A Influência dos Factores Escolares. In *O Insucesso Escolar em Questão. Área de Análise Social e Organizacional da Educação* (pp.29-34). Braga: Universidade do Minho.
- Freire, Paulo (1993). *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez.
- Gameiro, José (2004). *Nem contigo nem sem ti*. Lisboa: Terramar.
- García, A. T., López, C. B., Navega, M. L., Arta, S. C., Chacón, I. M. G., Aguado, P. G., Landa, C. G., & Prieto, A. S. (1998). *Fracaso escolar y desventaja sociocultural. Una propuesta de intervención*. Madrid: Nancea Ediciones.
- Gardner, Howard (1995). *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, C. A. (1987). A interacção selectiva na escola de massas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3, 35-49.
- Gonçalves, Ana Paula (2012). A Tomada de Decisão e o Trabalho Docente. In: Jader da Silva Alves & Arthur Moreira da Silva Neto (org.), *Decisão: Percursos e Contextos*. Vila Nova de Gaia: Eu Editio, pp. 183-188.
- Lobo, Cristina Costa & Ferreira, Ana Teresa (2012). Educação para a Carreira: Contributos para a Tomada de Decisão nas Transições Profissionais. In: Jader da Silva Alves & Arthur Moreira da Silva Neto (org.), *Decisão: Percursos e Contextos*. Vila Nova de Gaia: Eu Editio, pp. 201-206.
- Maldonado, Maria Tereza (2006). *Cá entre Nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integre Editora.

- Marques, C., Antunes, A. Nóvoa, P. & Ribeiro, I. S. (1999). Um programa de estratégias de aprendizagem: Sua avaliação e implicações educativas. In A. P. Soares, S. Araújo & S. Caires (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos (IV)*. Braga: APPORT.
- Marques, Ramiro (2000). *Dicionário Breve de Pedagogia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Marujo, Helena Águeda; Neto, Luís Miguel & Perloiro, Maria de Fátima (2005). *A Família e o Sucesso Escolar*. 4ª ed. Editorial Presença: Lisboa.
- Matos, Margarida Gaspar & Sampaio, Daniel (2009). *Jovens com Saúde: Diálogo com uma Geração*. Alfragide: Texto.
- Morin, E. (2000). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. S. Paulo: Cortez Editora.
- Moss, P. e Petrie, P. (2002), From Children's Services to Children's Spaces: Public policy, children and childhood. London: Routledge/Falmer.
- Oliveira-Martins, G. (1992). Europa – Unidade e diversidade, educação e cidadania. *Colóquio: Educação e Sociedade*, 1:41-60.
- Olivier, Lou (2008). *Distúrbios Familiares*. Rio de Janeiro: Wak Editora.
- Paixao, M. L. (2000). *Educar para a Cidadania*. Lisboa. Lisboa Editora.
- Polakow, V. (1993), *Lives on the Edge: Single mothers and their children in the other America*. Chicago: The University of Chicago press.
- Sarmiento, M. J. (2006). A Construção Social da Cidadania na Infância. *Conferência proferida no IV Congresso da Texto Editora*. Setembro de 2006.
- Savater, Fernando (2008). *El Valor de Educar*. Barcelona: Ariel.
- Silva Neto, Arthur Moreira (2012). Velhice em Casa ou na Instituição? Eis a questão. In: Jader da Silva Alves & Arthur Moreira da Silva Neto (org.), *Decisão: Percursos e Contextos*. Vila Nova de Gaia: Eu Edito, pp. 421-428.
- Van Oudenhoven, N. e Rekha Wazir (2006). *Newly Emerging Needs of Children: An exploration*. Antuérpia, Bélgica: Garant